

Notas Conclusivas

Maria Emília Brederode Santos*

O senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Júlio Pedrosa, não podendo estar presente nesta sessão, pediu-me que, como conselheira, o representasse na Sessão de Encerramento deste Seminário.

Para nos situarmos: a seguir à minha intervenção pedirei à Dr.^a Filomena Pereira, da Direcção de Serviços de Educação Especial e Apoios Socio-Educativos, para falar e, em seguida, darei a palavra à Dr.^a Ana Paula Sousa, da Direcção Nacional da ACAPO, para encerrar este encontro.

Vou, pois, passar a algumas *notas conclusivas* - embora haja um relator formal da ACAPO - enunciando algumas reflexões suscitadas pelas intervenções e relacionando-as com o Debate Nacional de Educação.

A primeira nota é para recordar que este Debate surgiu a propósito dos 20 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986. Não sei se se recordam (alguns, mais velhos, recordarão) que foi uma lei muito “suspirada”. Durante anos dizia-se: *“ai! fazia tanta falta uma Lei de Bases que desse continuidade e consistência às políticas educativas!”* Foi aprovada quase por unanimidade na Assembleia da República (o que constituiu um acontecimento raro). É, portanto, algo digno de ser celebrado sob vários aspectos.

Este ano, a Assembleia da República desejou celebrar estes 20 anos da Lei de Bases e juntou-se ao Governo, pedindo ao CNE para organizar essas celebrações com a realização de um Debate na sociedade civil, debate esse que entendemos dever ser virado para o futuro.

Porque a Lei de Bases foi muito importante, mas a melhor maneira de a celebrarmos é pensar como é que podemos vir a melhorar a Educação. A Lei de Bases permitiu que o sistema educativo português desse um salto enorme, como todos reconheceremos se olharmos os números e as

* Conselho Nacional de Educação

estatísticas – realmente Portugal é um caso quase exemplar de “salto” educativo, do ponto de vista quantitativo. Por outro lado, e neste momento, estamos muito insatisfeitos em relação a alguns aspectos qualitativos – e que têm sido revelados, por exemplo, pelos resultados dos alunos nas avaliações internacionais em que, como se sabe, não ficamos nada bem situados. Estamos muito preocupados com estas realidades e, nessa medida, organizou-se este Debate com a ideia de envolver a sociedade civil – “sociedade civil” é um termo certamente pouco apropriado e muito ambíguo, mas aqui entendemo-lo num duplo sentido, hoje representado por vós da seguinte maneira: o envolvimento de todas as pessoas, enquanto cidadãos do país, pois têm interesse numa melhor educação e têm direito a participar na definição dessa educação, designadamente das suas finalidades; por outro lado, o envolvimento enquanto associações (“sociedade civil” enquanto forma de envolver as associações não governamentais) que aprofundam os problemas e que estão particularmente aptas a discutir determinados assuntos, como é o caso da ACAPO. Não haverá melhor parceiro que a ACAPO para discutir a questão da educação dos cegos. Portanto estão aqui nessa dupla qualidade.

O Debate tem algumas características que gostava de recordar. Uma é que o CNE é um órgão independente – independente porque não é nem do Governo nem da oposição e, portanto, as pessoas podem falar com toda a liberdade e todas as suas opiniões serão registadas e publicitadas, vão para a *internet* e serão tidas em conta no Relato Final que será apresentado pelo Coordenador Nacional do Debate, Conselheiro Joaquim Azevedo. Outra característica é a de que este é um debate aberto (pode falar-se de tudo desde que tenha a ver com a Educação numa perspectiva de futuro), mas, sendo aberto, é focalizado – criaram-se certas áreas temáticas para facilitar a leitura das informações e das opiniões.

A área onde esta Sessão se insere é a Área 2, que coordeno. É a Área referente à “Qualidade e Equidade na Educação”. Há outra, a Área 6 - “Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo”, que é aberta a tudo o que não caiba nas outras áreas. A Área 2 é a que se centra mais nas questões relativas, por um lado, ao grande crescimento da educação em

Portugal, a um grande progresso ao nível da igualdade de oportunidades, da igualdade de acesso e, por outro lado, a uma certa insatisfação e preocupação com os resultados e a sensação de que a igualdade de acesso não se traduz numa igualdade de sucesso (e tem que se traduzir). O esforço para melhorar a escola e para melhorar a aprendizagem de todos tem que ter em conta os elevados níveis de insucesso e de abandono precoce. Todos já ouvimos falar muito disto: desde o básico ao superior, uma atenção muito especial tem que ser atribuída à capacidade de lidar com as diferenças sem as cristalizar e sem as neutralizar, mas tornando-as ponto de partida para as manifestações da dignidade humana de cada cidadão. Estas diferenças devem ser vistas como uma riqueza do Sistema Educativo do Portugal democrático e isso ficou, hoje, muito patente no discurso geral das pessoas, desde a metáfora do patinho feio, da Prof. Margarida Loureiro, em quem os professores deveriam ver um cisne, até ao da Professora Esperança Jales Ribeiro, que referiu a necessidade de a filosofia geral ser uma filosofia centrada nas potencialidades mais do que nos limites.

Continuando com a apresentação desta segunda Área temática, não nos centramos exclusivamente nas diferenças sensoriais, físicas..., mas falamos também do ponto de vista social, porque a sociedade portuguesa tornou-se uma sociedade extremamente heterogénea – um estudo recente da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular mostrava que, nas escolas portuguesas, temos pessoas de 120 nacionalidades diferentes, que falam 80 línguas maternas diferentes; e este é um fenómeno tão recente que 80% destes meninos não têm nacionalidade portuguesa, não nasceram em Portugal. É um fenómeno muito recente e, penso eu, extremamente enriquecedor. Temos que aproveitar esta riqueza e esta diversidade. Estas diferenças que existem na sociedade portuguesa (estas e também outras, as de nível sociocultural que são as mais penalizadoras) não se traduzem só na escola, mas também nos tempos livres dos alunos e isso também gostaríamos de ter em conta. Achei interessante ter havido, há pouco, uma intervenção que falava no papel da formação desportiva da ACAPO, por exemplo. Muitas vezes não nos lembramos destes aspectos, mas hoje em dia os tempos livres são mais discriminadores e mais segregadores do que a escola.

Gostava de vos dizer ainda que uma das preocupações desta Área 2 é a de chegar a uma definição dos saberes básicos que são importantes para todos os cidadãos – que conhecimentos, que capacidades, que valores, que atitudes, que competências serão importantes nos próximos 15 a 20 anos para todos os cidadãos? Claro que temos as competências definidas pelo Ministério para a actualidade, mas gostaríamos de as pensar para um futuro a médio prazo. Faço um apelo para que pensem nisso e também, nas outras aprendizagens que, para além das aprendizagens comuns, se deveriam proporcionar. Que diferenças devem ser tidas em conta? Desejaria ainda deixar uma referência ao facto de, hoje em dia, as aprendizagens nas escolas estarem muito centradas no Português e na Matemática, mas existirem outras aprendizagens muito importantes como a sensibilização às artes, por exemplo, que uma escola verdadeiramente equitativa deveria ter em conta.

Em relação à questão dos cegos, chamaria a atenção para o facto de se aprender não só o que se aprende, mas também a forma como se aprende: que métodos serão os mais adequados num futuro próximo, tendo também em conta as novas potencialidades da sociedade da informação? e que apoios? que materiais? que meios? com que acessibilidades? Achei importante, hoje, ter sido tantas vezes referida a questão dos computadores, a importância que têm para os cegos, mas, como alguém sublinhou, não fazer com que isso substitua ou pretenda substituir a aprendizagem da linguagem *braille*.

Também faria uma referência especial às pessoas com necessidades educativas especiais: a perspectiva do Conselho Nacional de Educação é que as crianças portadoras de deficiência, integradas no ensino regular, têm muito a ganhar com esse convívio, que é mais estimulante do que em instituições especializadas, mas que essa integração não pode ser entendida só como presença física, tem que haver apoios, formação de professores, um ambiente cuidado e atenção a cada uma das crianças porque, se assim não for, esta política pode ser penalizadora, pode ser um factor de exclusão. Interessava-nos saber que condições serão necessárias para as crianças com deficiências – e haverá que explicitar o tipo de deficiência (obviamente que

não é a mesma coisa trabalhar com crianças cegas ou com crianças surdas, por exemplo).

O Debate Nacional sobre Educação é um debate que se pretende virado para o futuro e, portanto, que conclusões podemos retirar hoje nesta perspectiva de futuro?

Temos uma legislação ótima e uma prática que deixa muito a desejar, temos que conseguir passar da retórica para a prática. E isto não é só no Ensino Especial. Estive na Irlanda na semana passada, representando o Conselho Nacional de Educação, porque a Irlanda está a preparar um referendo para introduzir, na sua Constituição, uma Adenda que tenha em conta os direitos da criança, para que estes fiquem explícitos na Constituição; estiveram a estudar as constituições de todos os países europeus e concluíram que a mais avançada neste domínio era a Constituição Portuguesa! A defesa que fazemos da inclusão só tem sentido com apoios. É necessário ver como é que se pode passar à realização, como se passa da retórica à prática.

A primeira conclusão que sai deste encontro é de que é urgente a formação de professores, mas uma formação especializada que inclua a aprendizagem do *braille* (é inacreditável que possa haver uma formação especializada em necessidades educativas especiais, em especial para cegos, e que não inclua o *braille*).

Em segundo lugar, a formação de todos os professores deverá incluir uma dimensão de atendimento das necessidades educativas especiais, para que cada professor consiga *ver um cisne em cada patinho feio*.

Em terceiro lugar, que a norma daqueles 5 anos em que as pessoas estão nos apoios sem poderem fazer oficialmente formação para o ensino especial (norma que se destinava a que quem fosse para os apoios tivesse uma experiência com o ensino regular) seja repensada, pois está a ter efeitos perversos – há pessoas que estão vários anos nos apoios sem terem nem a formação especializada, nem a experiência no ensino regular.

Depois, que as decisões sejam atempadas, para que as instituições de ensino superior se possam organizar e planificar essas actividades.

E ainda: que nas escolas o acolhimento aos novos professores seja uma realidade (foi extraordinário a este respeito o depoimento da professora cega no ensino regular). O acolhimento aos professores novos é, em geral, péssimo e aos professores cegos ainda pior. As escolas devem ter um dispositivo de acolhimento, assim como devem ter um dispositivo para ajudar os professores cegos na correcção dos testes (não podem ter de pagar do seu bolso para esse efeito); será importante que os professores de apoio conversem com os professores do ensino regular com alunos invisuais integrados nas suas turmas sobre os seus medos, os seus receios, as suas indecisões, para que possam elevar as expectativas dos alunos e, também, as dos pais; é fundamental ainda que, nas escolas, alguém seja responsável pelos apoios de *braille*, dos computadores, se funcionam ou se não funcionam (a Sofia dizia que o seu computador não a ajudava, porque estava muito lento, isto é inadmissível!).

E claro, é preciso uma atenção especial a estes alunos no ensino superior – onde quase nada existe pensado para eles.

Também, é necessária uma atenção especial à questão das saídas profissionais, da transição para a vida activa, da transição para o ensino superior. As transições são sempre um momento mais exigente, mais difícil!

Dum modo geral, são necessários mais articulação, mais diálogo, mais comunicação e, sobretudo, ouvir os próprios interessados, como hoje aqui aconteceu.